



# **O Sistema da Dívida no Rio Grande do Sul e a necessidade de Auditoria**

Seminário promovido pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, União Gaúcha e Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Rio Grande do Sul

*A CONTA ESTÁ PAGA*

Porto Alegre, 7 de agosto de 2024

# O Sistema da Dívida no RS e a necessidade de Auditoria

Refinanciamento pela União com base na Lei 9.496/97 tem significado uma **perpetuação de danos** às finanças dos Estados:

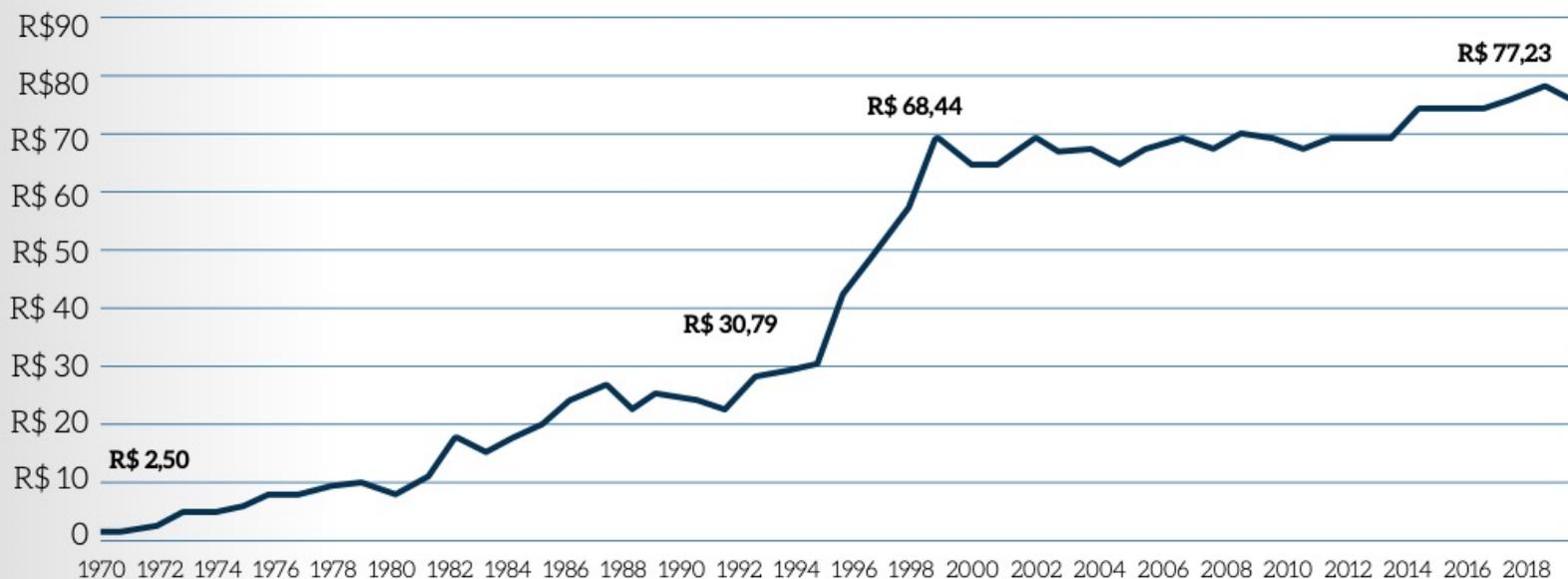
- **Ausência de alternativas:** União vetou bancos públicos de emprestar;
- **Estoque inicial inflado** pelo impacto da política monetária federal a partir dos Planos Verão (Collor) e Real (FHC), e pela transformação de obscuros passivos de bancos estaduais em dívida do estado (PROES);
- **Condições financeiras extremamente danosas:** IGP-DI + 6 a 7,5%;
- **Crescimento exponencial:** IGP-DI atingiu 19,98% em 1999, e 26,41% em 2002, por exemplo, e as taxas de juros efetivas foram 6,17 e 7,76%;
- **LC 148/2014 perpetuou o dano** ao estabelecer que desde a data do refinanciamento até 01/01/2013, os juros nominais seriam calculados com base na Selic, transformando PENALIDADE contratual em "regra";
- O Estado do **RS já pagou quase 3 vezes** o valor refinanciado. **A CONTA ESTÁ PAGA**, mas segundo o Tesouro Nacional **deve quase 9 vezes!**
- **Regime de Recuperação Fiscal eterniza essa "dívida"**, diante do risco de sua securitização prevista na **LC 178/2021**.
- **PLP 121/2024 sacramenta o atual estoque** da dívida dos estados.  
**Diante da calamidade, é urgente DAR BAIXA dessa "dívida" já paga!**

# Dívida do Estado do Rio Grande do Sul Refinanciada pela União

## SEQUÊNCIA DE DANOS IMPOSTOS AO ESTADO

Impacto da política monetária federal antes do refinanciamento

DÍVIDA TOTAL ADM. DIRETA RS - 1970/2019 (em bilhões, preços dez/2019)



Fonte: Dados do Relatório Dívida Pública 2019/SEFAZ-RS, em elaboração. Tabela A6. Correção pelo IGP-DI.

Fonte: Revista CEAPE TCE-RS Agosto 2020. Artigo de Josué Martins

<https://www.ceapetce.org.br/uploads/documentos/5f3549d9e21033.51131515.pdf>

# Explosão do estoque da "dívida" refinanciada pela União

Aplicação de condições financeiras onerosíssimas

**Estoque inicial refinanciado (1998\*) = R\$ 10,339 bilhões**

(R\$ 2,556 bilhões do **PROES** + R\$ 7,782 bilhões de outras dívidas)

**Pagamentos (1998 a 2023) = R\$ 28,1 BILHÕES**

**Estoque da dívida em 2023 = R\$ 92,9 BILHÕES**

- A "DÍVIDA" JÁ FOI PAGA QUASE 3 VEZES MAS SEU ESTOQUE SE MULTIPLICOU POR QUASE 9 VEZES !
- RISCO DE "SECURITIZAR" ESSE ESTOQUE (LC 178/2021)

VER: BREVE HISTÓRICO DÍVIDA DOS ESTADOS <https://bit.ly/3KJLbwq>

(\*) Estoque Refinanciado conforme Tabela fornecida pelo Tesouro Nacional à CPI da Dívida Pública (disponível em <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Livro-Auditoria-Cidada-da-Divida-dos-Estados.pdf> - pág 90)

Fontes dos Pagamentos e Estoque: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:26242](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242) ,  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:49046](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046) ,  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:49047](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047)

# Resumo da situação financeira do Estado do RS

## SUBTRAÇÃO HISTÓRICA DE RECEITAS DOS ESTADOS

### ✓ DÍVIDA REFINANCIADA PELA UNIÃO

Estoque inicial refinanciado (1998\*) = **R\$ 10,34 Bilhões**

Pagamentos (1998 a 2023) = **R\$ 28,1 BILHÕES**

Estoque da dívida em 2023 = **R\$ 92,9 BILHÕES**

Fontes: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:26242](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242),  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:49046](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046),  
[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:49047](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047)

### ✓ LEI KANDIR

**Perda de R\$ 50,2 BILHÕES** (1996 a 2016)

<https://dspace.almq.gov.br/bitstream/11037/32342/1/Desonera%20a7%20b5es%20de%20ICMS%20Lei%20Kandir%20e%20o%20pacto%20federativo.pdf>, pág 239

### ✓ INCENTIVOS FISCAIS INJUSTIFICADOS

### ✓ CONCENTRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA NA ESFERA FEDERAL

(\*) Tabela fornecida pelo Tesouro Nacional à CPI da Dívida Pública

## AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS ESTADOS

### ➤ IMPACTOS DA “CRISE FABRICADA” e seu aprofundamento

- Privilégio para gastos com a dívida
- Cortes de investimentos e gastos sociais, contrarreformas e mais privatizações

### ➤ RISCO de SECURITIZAÇÃO de DÍVIDA

- Eterniza a destinação de recursos para a chamada “dívida” por fora dos controles orçamentários

### ➤ LEI KANDIR:

- Acordo rebaixado (STF): parcelamento em 18 anos de apenas cerca de 10% das perdas!
- Fim do ressarcimento de perdas (EC 109)

# **“Dívida” refinanciada pela União EM VALORES ATUALIZADOS PARA 2023 (IPCA)**

Estoque inicial refinanciado (1998) = R\$ 46,7 Bilhões

Pagamentos (1998 a 2023) = R\$ 59,3 BILHÕES

Estoque da dívida em 2023 = R\$ 92,9 BILHÕES

Fontes Pagamentos e Estoque:

[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:26242](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242) ,

[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:49046](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046) ,

[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:49047](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047)

**O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL JÁ PAGOU MAIS QUE  
TODA A DÍVIDA (ATUALIZADA PELO IPCA) MAS O ESTOQUE  
DOBROU EM TERMOS REAIS**

# REGIME DE “RECUPERAÇÃO” FISCAL aprofunda o problema da Dívida dos Estados

- ✓ O RRF teria como objetivo “*corrigir os desvios que afetaram o desequilíbrio das contas públicas*”, porém,
- **O RRF não enfrenta nenhum dos problemas que têm provocado o desequilíbrio financeiro dos entes:**
  - Insuficiência de recursos, devido à concentração das receitas tributárias na esfera federal;
  - FPE e FPM reduzidos, apesar da transferência de atribuições;
  - Ressarcimento insuficiente dos créditos devidos aos entes federados de acordo com a Lei Kandir (até a EC 109; revogou ressarcimentos);
  - Incentivos e renúncias fiscais injustificados;
  - Subtração de recursos pela União devido às abusivas condições do refinanciamento da dívida desde os anos 90.

# RRF impõe uma série de medidas nocivas

- Privatizações ou extinção de empresas públicas;
- Reforma da Previdência nos moldes da federal (natureza privada e contribuição definida);
- Revisão do Regime Jurídico Único (RJU);
- Teto para gastos primários e vedações diversas relacionadas à realização de concursos e reajustes salariais;
- **Vedações estabelecidas no RRF: sobressai a vedação à propositura de ação judicial para discutir a dívida refinanciada pela União;**
- **RISCO DE SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA**, o que tende a eternizar a essa dívida dos estados que já foi paga várias vezes!
- **Afronta à autonomia política dos estados** (Conselho de Supervisão Fiscal)

# Estados em risco

- Fim do ressarcimento da Lei Kandir (EC 109 revoga art. 91 do ADCT)
- Securitização de Créditos Públicos (recursos arrecadados sequer alcançarão os cofres públicos, pois são desviados durante o percurso pela rede bancária <https://bit.ly/3avKVkI> )
- Securitização de “Dívidas” – Lei complementar 178 e Regime de “recuperação” fiscal (ver artigo <https://bit.ly/2QtekVX> e *Lives* de 16/4 <https://youtu.be/v24nYLyqqy4> e 19/4 <https://youtu.be/F-0H4F1MPno>)
- Proposta de Reforma Tributária do Consumo desvia arrecadação do IBS (que englobará o ICMS e o ISS) para uma nova instituição independente criada pela PEC 45 (Conselho Federativo), com graves riscos aos entes federados. (ver folheto da ACD <https://auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Quem-vai-pagar-a-conta-final.pdf>)
- Desmonte provocado pela PEC 32

**Sistema da Dívida é o pano de fundo do desmonte**

# Todos os recursos arrecadados pela União são destinados exclusivamente ao pagamento da Dívida Federal

## AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

- ✓ TCU já divulgou que a dívida federal não tem contrapartida

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

- ✓ Conheça e divulgue a nova Cartilha <https://bit.ly/42HOWM3>

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

[www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)

**Auditoria da Dívida Pública:**  
Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil

**LIMITE DOS JUROS TEM QUE VIRAR LEI**  
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Maria Lucia Fattorelli  
AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



**GASTOS COM JUROS**

Por que TETO somente para investimentos sociais e liberdade total para gastos com a dívida pública?

Primeira Edição 2023  
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

# CONCLUSÃO e PROPOSTAS

- A DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO ESTÁ PAGA
- É URGENTE DAR BAIXA DESSA DÍVIDA
- União possui R\$ 1,7 TRILHÃO na Conta Única do Tesouro (em jun/2024) e PODE ANULAR AS DÍVIDAS DOS ESTADOS SEM SACRIFICAR INVESTIMENTOS
- Auditoria Cidadã da Dívida tem demonstrado que a dívida está paga e denunciado a falta de transparência dos passivos do Banrisul repassados para o Estado no esquema PROES
- AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

**Muito grata**

***Maria Lucia Fattorelli***

**ACESSE**

**AUDITORIACIDADA.ORG.BR**



**/AUDITORIACIDADA.PAGINA**



**/AUDITORIACIDADADADIVIDA**



**/AUDITORIACIDADABR**



**/AUDITORIACIDADA**



**Spotify.**



**Google Podcasts**

**#ÉHORADEVIRARAJOGO**